



Assembleia Legislativa do Estado do Acre

~~LEI COMPLEMENTAR N. 65, DE 19 DE JANEIRO DE 1999~~

~~“Altera dispositivos da Lei Complementar n. 7, de 30 de dezembro de 1982 e dá outras providências.”~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE~~

~~FACO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:~~

~~Art. 1º Fica instituída a Taxa de Fiscalização e Prevenção contra Incêndio no Estado do Acre.~~

~~Art. 2º O art. 4º da Lei Complementar n. 7/82, passa a vigorar com a seguinte redação:~~

~~“Art. 4º ...~~

~~I ...~~

~~II ...~~

~~III ...~~

~~IV ...~~

~~V TAXA DE FISCALIZAÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO.”~~

~~Art. 3º Adito se ao Título IV DAS TAXAS, o seguinte capítulo:~~

~~TÍTULO IV~~

~~“CAPÍTULO I~~

~~CAPÍTULO II~~

CAPÍTULO III

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO V

CAPÍTULO VI

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 144 A. A Taxa de Fiscalização e Prevenção contra Incêndio, é devida em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre.

Art. 144 B. Os recursos arrecadados pelo uso e aplicação da Taxa de Fiscalização e Prevenção contra Incêndio serão destinados exclusivamente à compra e reforma de materiais, equipamentos e viaturas do Corpo de Bombeiros e, Treinamento na área específica.

SEÇÃO II

DAS ISENÇÕES

Art. 144 C. São isentos da Taxa de Fiscalização e Prevenção contra Incêndio:

- I — Os cartórios de ofício de Justiça;
- II — Os poderes públicos em todos os níveis;
- III — Governos Federal, Estadual e Municipal;
- IV — As entidades sem fins lucrativos e, reconhecidas por Lei como de Utilidade Pública;
- V — Promações de eventos culturais, desportivos, recreativos gratuitos e benficiaentes;
- VI — Residências unifamiliares igual ou inferior a setenta metros quadrados de área construída; e
- VII — Os templos de qualquer culto, os imóveis pertencentes às instituições sociais e aos partidos políticos.

SEÇÃO III

DA ALÍQUOTA E DA BASE DE CÁLCULO

Art. 144 D. A Taxa de Fiscalização e Prevenção de Incêndio será cobrada de acordo com a TABELA ÚNICA, anexa a presente lei, vigente no exercício da ocorrência do fato gerador.

§ 1º Nos casos em que a taxa seja exigida anualmente, será calculada proporcionalmente aos meses restantes quando a ocorrência do fato gerador não coincidir com o ano civil, incluindo-se o mês em que começar a ser exigido;

§ 2º A classificação das casas e estabelecimentos previstos na tabela anexa, será feita pela autoridade encarregada de fornecer ou prestar o serviço solicitado, devendo o critério dessa classificação ter por base as características locais e regionais.

SEÇÃO IV

DOS CONTRIBUINTE

Art. 144 E. Contribuinte da Taxa de Fiscalização e Prevenção contra Incêndio é toda pessoa física ou jurídica que promova ou se beneficie de qualquer atividade ou serviços previstos na Tabela Única, anexa.

SEÇÃO V

LOCAL E FORMA DE PAGAMENTO

Art. 144 F. A Taxa de Fiscalização e Prevenção de Incêndio será recolhida em estabelecimento bancário autorizado, a critério da Secretaria de Estado da Fazenda ou em repartição arrecadadora, na forma que dispuser o Regulamento.

SEÇÃO VI

Art. 144 G. A Taxa de Fiscalização e Prevenção contra Incêndio será exigida:

- I — de ordinário, antes da prestação do serviço solicitado; e,
- II — quando a Taxa for anual, o pagamento poderá ser de uma só vez, até 31 de março do exercício ou em até três parcelas mensais consecutivas.

Parágrafo único. As firmas individuais e as pessoas jurídicas sujeitas à taxa anual são obrigadas a comprovar sua quitação, no ato da inscrição ou na renovação do Cadastro de Contribuintes do Estado.

SEÇÃO VII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 144 H. A fiscalização e a exigência competem aos funcionários da Fazenda Estadual, às autoridades policiais e às autoridades administrativas, na forma do regulamento.

SEÇÃO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 144 I. Os infratores desta lei estão sujeitos às seguintes penalidades:

I — pessoas físicas:

a) multa

II — firmas individuais e pessoas jurídicas:

a) multa

b) fechamento do estabelecimento

Art. 144 J. Serão punidos com multa:

I — dois por cento do valor do tributo o contribuinte que não efetuar o recolhimento em tempo hábil e que compareça espontaneamente para sanar o débito;

II — de três por cento, nos demais casos.

~~Art. 3º Fica a Secretaria da Fazenda do Estado do Acre, autorizada a regulamentar esta Lei no prazo de noventa dias.~~

~~Art. 4º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 1999, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Rio Branco, em 19 de janeiro de 1999, 111º da República, 97º do Tratado de Petrópolis e 38º do Estado do Acre~~

JORGE VIANA

Governador do Estado do Acre